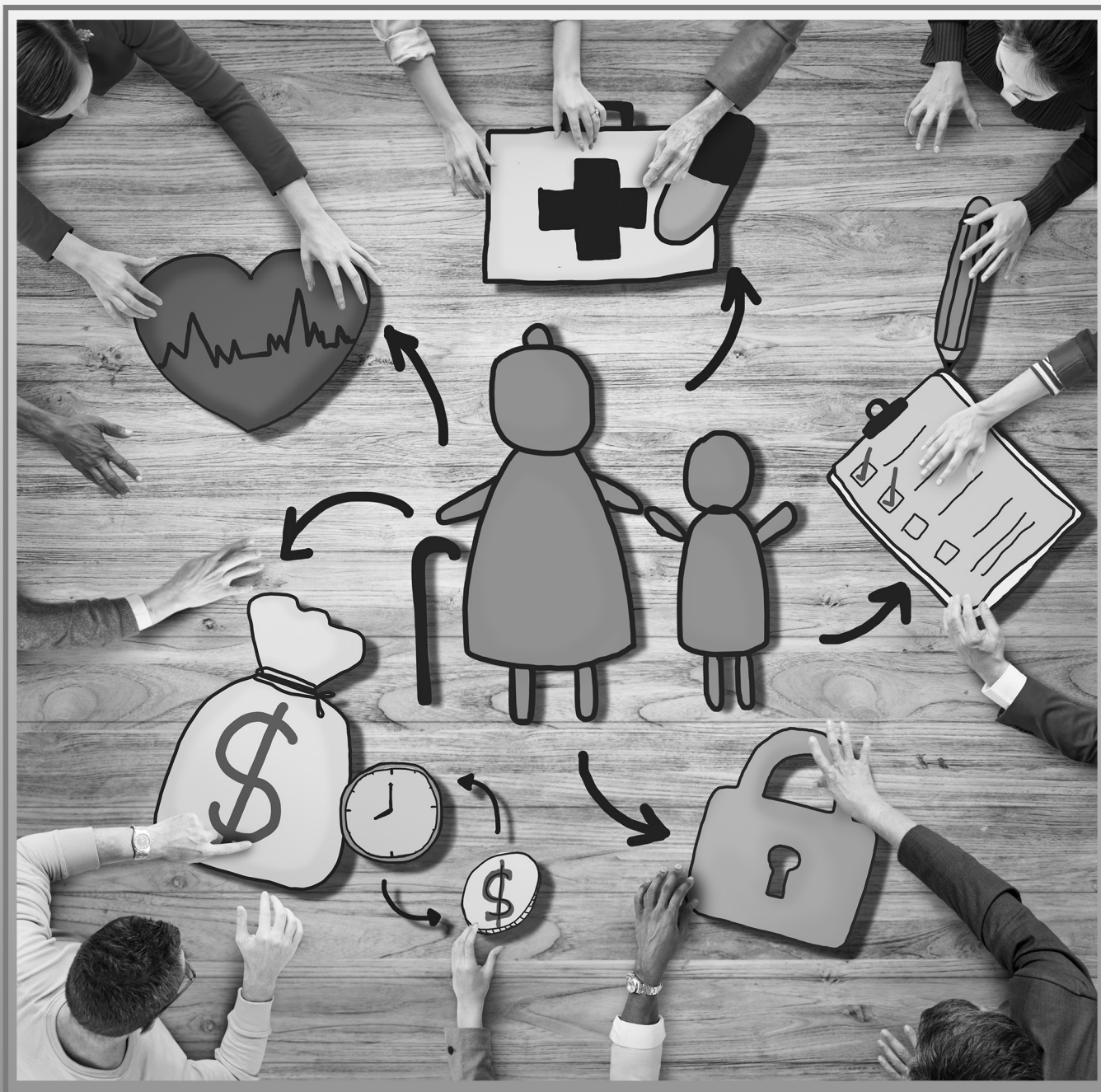




Processos de Subjetivação no Serviço Social

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	<p>Processos de subjetivação no serviço social 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-235-7 DOI 10.22533/at.ed.357203007</p> <p>1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A TRAJETÓRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA BAHIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL	
Tâmara Leite Galvino de Almeida Maria de Fátima Pessoa Lepikson	
DOI 10.22533/at.ed.3572030071	
CAPÍTULO 2	10
AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS: O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS	
Luciana Trugillo Pelloso Luciano Joia da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3572030072	
CAPÍTULO 3	21
REFLEXÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL E O SERVIÇO SOCIAL	
Sabrina Pereira de Souza Renata Lígia Rufino Neves de Souza Michele Ribeiro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3572030073	
CAPÍTULO 4	32
AS DIMENSÕES INTEGRANTES DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Carla Isabel de Oliveira Marinho e Silva Mara Rosange Acosta de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.3572030074	
CAPÍTULO 5	40
SERVIÇO SOCIAL E A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA EM DEBATE	
Giverson Gonçalves Bonfim Ana Patrícia Pires Nalesso	
DOI 10.22533/at.ed.3572030075	
CAPÍTULO 6	52
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO SISTEMA CAPITALISTA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM CENÁRIOS CONFLITANTES	
Erika Leite Ramos de Luzia Renata Rocha Anjos Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.3572030076	
CAPÍTULO 7	63
O ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: MODOS DE INTERVENÇÃO E INSTRUMENTAIS TÉCNICOS-OPERATIVOS	
João Domingos de Lima Salvador Mariléa Borges de Lima Salvador	
DOI 10.22533/at.ed.3572030077	

CAPÍTULO 8 77

O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL: UM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Adriana Viana Silva
Ariane Helena Coelho Raiol
Ivanira Mariano de Melo
Jéssica Pereira Morais
Josione Gusmão de Carvalho
Lorena Carolina Roldão Campos
Luciane dos Santos Marques
Luciene Cibele Cardoso Ferreira
Maria Bianca Figueiredo Palheta
Nathalia Koury Pinto
Wellington Monteiro Ferreira
Yasmin Fernandes Santos

DOI 10.22533/at.ed.3572030078

CAPÍTULO 9 88

A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NUM HOSPITAL-ESCOLA

Danielle Viana Lugo Pereira
Arianny Estéfanos Lemos da Costa

DOI 10.22533/at.ed.3572030079

CAPÍTULO 10 97

SISTEMATIZAÇÃO DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS/ CAMPS MANAUS CENTRO: REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO ANO DE 2018

Júlia Angélica de Oliveira Ataíde Ferreira
Érica Oliveira de Castro Farias
Rosimary de Souza Lourenço

DOI 10.22533/at.ed.35720300710

CAPÍTULO 11 107

UMA ANÁLISE DA INTERFACE TRABALHO – EDUCAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

Danielle Viana Lugo Pereira

DOI 10.22533/at.ed.35720300711

CAPÍTULO 12 117

VIOLÊNCIA NA ESCOLA E A PROPOSTA DE MILITARIZAÇÃO: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Jefferson Fernando Ribeiro Cabral
Elisa Maria Andrade Brisola
Suzana Lopes Salgado Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.35720300712

CAPÍTULO 13 129

O SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA SOCIOJURÍDICA EM SALVADOR/BAHIA: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL

Danielle Viana Lugo Pereira
Sandra Mara Leal de Senna

DOI 10.22533/at.ed.35720300713

CAPÍTULO 14 139

A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA SEGURANÇA PRESENTE: LIMITES E POSSIBILIDADES DA EQUIPE DE SERVIÇO SOCIAL NA OPERAÇÃO LAPA PRESENTE – ARCOS DA LAPA – RJ

Jussara Faria de Campos
Simone da Silveira Sarmento Gonçalves
Shirley Marques de Oliveira Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.35720300714

CAPÍTULO 15 149

O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO PÓLO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UMA INSTITUIÇÃO MILITAR

Aline Possa Silva Anjos
Lorena Luana da Costa Castro

DOI 10.22533/at.ed.35720300715

CAPÍTULO 16 157

AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE UMA NOVA ORGANIZAÇÃO DE CULTURA: OS PRINCÍPIOS ÉTICOS FUNDAMENTAIS DO SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PRESENTE

Milene Lúcia Santos
Fernando Ferreira de Araújo
Jheniffer de Assis Gonçalves
Maurício da Silva Santos
Tatiane do Nascimento Bastos Nunes

DOI 10.22533/at.ed.35720300716

CAPÍTULO 17 165

CAPOEIRA: INSTRUMENTO ALTERNATIVO PARA FOMENTAR A AFROCIDADANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Luciene Gustavo Silva
Reinaldo da Silva Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.35720300717

CAPÍTULO 18 177

NÚCLEO DE PRÁTICA SOCIAL: EXPERIÊNCIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE

Tatiana Maria Araújo da Fonseca
Cristiane Medeiros dos Santos
Roberta Gomes Leite Baptista
Ana Kelly Souza Costa
Adriana Medalha Perez
Cíntia do Nascimento Ferreira
Rozeane Guedes de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.35720300718

CAPÍTULO 19 188

ASSESSORIA E CONSULTORIA: CONTRIBUIÇÕES AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Priscilla Brandão de Medeiros
Maria Raphaela Cristiny de Oliveira
Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva

DOI 10.22533/at.ed.35720300719

SOBRE A ORGANIZADORA..... 199

ÍNDICE REMISSIVO 200

REFLEXÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL E O SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 09/04/2020

Sabrina Pereira de Souza

Estudante de Graduação em Serviço Social
do Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia – IFCE.
Iguatu/CE.

Renata Lígia Rufino Neves de Souza

Docente do Curso de Serviço Social do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia –
IFCE. Iguatu/CE

Michele Ribeiro de Oliveira

Docente do Curso de Serviço Social do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia –
IFCE.
Iguatu/CE

RESUMO: O presente trabalho é fruto de um projeto de pesquisa que analisa o mercado de trabalho do Serviço Social na região de Iguatu/CE, tendo em vista as transformações societárias contemporâneas e a configuração das políticas públicas no Brasil, o que repercute sobremaneira no exercício profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Políticas Sociais. Estado. Trabalho. Transformações Societárias.

REFLECTIONS ON THE PROFESSIONAL LABOR MARKET AND SOCIAL WORK

ABSTRACT: The present work is the result of a research project that analyzes the job market of Social Work in the region of Iguatu/CE, in view of the contemporary societal transformations and the configuration of public policies in Brazil, which has a huge impact on the exercise professional.

KEYWORDS: Social Work. Social Politics. State. Work. Corporate Transformations.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar o resultado da pesquisa desenvolvida com recursos do PIBIC/IFCE, intitulada “Mercado de Trabalho do Serviço Social na região de Iguatu – CE”. Essa pesquisa visou fomentar as discussões e o estudo acerca do mercado de trabalho profissional do Serviço Social na região de Iguatu, estado do Ceará, ao analisar as condições de inserção e exercício profissional dos Assistentes Sociais nos mais diversos campos de atuação profissional da região, frente ao quadro atual de reconfigurações colocadas às políticas

sociais brasileiras.

O interesse do estudo decorre da experiência de trabalho profissional realizado nessa região, permitindo observar a condição de inserção trabalhista, as demandas e as requisições profissionais decorrentes da municipalização e implementação de distintas políticas sociais. Ainda, no exercício docente, nos deparamos com relatos e questionamentos por parte de estudantes e de Assistentes Sociais supervisores de Estágio Curricular Obrigatório sobre as condições de trabalho profissional nos distintos municípios da região de Iguatu/CE.

A temática sobre as alterações no mercado de trabalho, nas políticas sociais e nas condições de trabalho dos(as) assistentes sociais ocupa cada vez mais espaço no meio acadêmico, e também nos espaços de discussões e representatividade da categoria profissional, frente às transformações contemporâneas, as quais são refletidas nas relações de trabalho, na redefinição da intervenção do Estado em investimentos na área social, com implicações nas políticas sociais.

No contexto de aumento do desemprego ou da precarização das relações de trabalho, o atual estágio de acumulação capitalista acentua as disparidades sociais, que a partir da lógica de flexibilização da produção, os padrões de exploração se revelam mais intensos, incidindo fortemente sobre as condições de trabalho e requisições profissionais. Além disso, como trabalhador(a) assalariado(a), o(a) assistente social está submetido às formas precarizadas de trabalho, refletindo na forma de inserção no mercado de trabalho.

A realização da referida pesquisa nos permitiu conhecer a realidade do mercado de trabalho da microrregião de Iguatu, especialmente no tocante às repercussões no exercício profissional frente às atuais tendências das políticas sociais.

Diante dos retrocessos de direitos trabalhistas e sociais na atualidade, as políticas sociais são afetadas, pois estas materializam os direitos sociais. Não podemos esquecer que as políticas sociais são mediações indispensáveis para a efetivação do exercício profissional, uma vez que a emergência do Serviço Social ocorre a partir da intervenção do Estado na esfera social, com o trato que confere às expressões da “questão social”¹ na fase do capitalismo monopolista via políticas sociais. Assim, as políticas sociais se constituem como espaços sócio-ocupacionais para os(as) assistentes sociais. Desse modo, faz-se necessário debater a temática em tela – as alterações no âmbito do trabalho, as redefinições do Estado e as configurações das políticas sociais –, visto que isso nos permitirá uma análise acerca das questões colocadas para o mercado de trabalho, em particular do Serviço Social, entendendo sempre a profissão no quadro de relações sociais de classe.

1. Entendida como o embate político entre capital e trabalho, que é indissociável do processo de acumulação da sociedade capitalista e dos efeitos que produz sobre o conjunto da classe trabalhadora, na disputa pela riqueza produzida socialmente e apropriada de forma desigual. Destacamos que, atualmente, acentua-se o paradoxo: quanto mais se produz riqueza, mais se gera a pobreza. Assim, a “questão social” é entendida como expressão das disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizada por relações de gênero, características étnico-raciais e formação regional, remetendo as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2004).

Começaremos este estudo com uma apresentação das expressões ideopolíticas e econômicas resultantes da reestruturação produtiva por meio dos avanços tecnológicos, principalmente no que se refere aos modos de produzir, que permeiam o mercado de trabalho, conseqüentemente o mercado de trabalho do Serviço Social. Dessa forma, a pesquisa mostra os impactos que essa reestruturação cunhada na flexibilização e na retração/destruição de direitos sociais mínimos infere no Serviço Social. Tal cenário deve ser entendido a partir dos processos de reestruturação do capital decorrentes da década de 1970, incrementados com mais intensidade no Brasil por meio do ideal neoliberal na década de 1990. Em seguida, apresentamos uma breve explanação qualitativa das entrevistas e observações relativas aos profissionais da região de Iguatu/CE entrevistados pela pesquisa em tela. Por fim, apontamos as reflexões sobre os desafios impostos para o exercício profissional do Assistente Social na conjuntura atual.

É válido ressaltar que este estudo não pretende suprir o debate acerca do mercado de trabalho e do exercício profissional do Serviço Social, porém é justo afirmar que objetiva consolidar a discussão a respeito da temática, fortalecendo a importância de manter espaços de pesquisas, reflexões e produção do conhecimento, além de ações de incentivo, inovação e iniciação à pesquisa.

2 | AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL PARA OS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS

O presente estudo integra a pesquisa que foi realizada entre agosto de 2018 e agosto de 2019, com Assistentes Sociais que atuam nas distintas políticas sociais na região de Iguatu/CE, com o intuito de analisar o mercado de trabalho para esses profissionais na região. Cabe destacarmos que essa comunicação com os(as) entrevistados(as) possibilitou trazer algumas reflexões e possibilitou os resultados da pesquisa, na qual foram utilizadas, como instrumentos, a observação sistemática e a pesquisa bibliográfica. Esta orientou a elaboração de um roteiro de entrevista, que se configurou como ferramenta para obtenção dos dados primários.

O universo da pesquisa foi composto por Assistentes Sociais que atuam nos municípios da microrregião de Iguatu/CE, onde se realiza a atividade de estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social do IFCE – campus Iguatu, que atualmente também ocorre nos municípios de Acopiara, Quixelô, Jucás, Cedro e Cariús. No presente estudo, a opção por uma abordagem qualitativa é justificada por permitir o aprofundamento das ações, dos valores e das relações sociais que não podem ser mensuradas em dados quantitativos, pois a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, contemplando os fenômenos humanos como parte da realidade social. Adotamos como critério para a participação da pesquisa a disponibilidade das(os) profissionais de Serviço Social,

dessa forma, foram a amostra foi de 20% do universo total de 103 assistentes sociais dos município que fez parte da pesquisa.

Como técnica para coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, uma vez que possibilita a obtenção de informações sobre o objeto da pesquisa. Conforme Minayo (2008), a entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas e obedece a um roteiro apropriado que permite ao entrevistado discorrer sobre o tema foco de estudo, das questões propostas.

Na análise das entrevistas, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, que, conforme Minayo (2008), permite a busca da compreensão dos significados no contexto das falas, negando-as e criticando-as na tentativa de ultrapassar o aspecto meramente descritivo, mediante inferência, atingindo uma interpretação mais profunda dos dados. Ressaltamos que essa técnica propicia elementos discursivos de categorização das falas das pessoas entrevistadas.

O quantitativo de profissionais nesses municípios corresponde a 103 Assistentes Sociais, sendo assim distribuídos: 51 em Iguatu, 20 em Acopiara, 5 em Quixelô, 10 em Jucás, 12 no Cedro e 5 em Cariús. Desse total, 64% possuem vínculo de trabalho estável, mediante concurso público, e 36% são contratados. O que importa ressaltar é que há diferenças entre os municípios no percentual de profissionais contratados e concursados. Conforme os dados obtidos, tem-se, em Iguatu, 37 Assistentes Sociais concursados e 13 contratados, sendo um por CLT; em Acopiara, nove concursados e 11 contratados; em Jucás, seis concursados e quatro contratados; em Cariús, quatro efetivas e uma contratada; em Cedro, nove efetivas e três contratadas; e em Quixelô, todas as cinco profissionais são concursadas.

Notadamente, evidencia-se nesses dados um traço histórico da profissão, que é o Estado como maior empregador da força de trabalho do Assistente Social, com um total de 105 Assistentes Sociais no âmbito estatal e um em Organização Não Governamental. Todavia, a esfera municipal é a que mais absorve a força de trabalho do Assistente Social, com um total de 89 profissionais, enquanto a esfera federal tem sete, sendo quatro no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, três no Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e seis no âmbito estadual (área de saúde). Quanto às políticas setoriais em que se inserem os profissionais, têm-se os seguintes dados: 65 profissionais na Assistência Social; 29 na Saúde; um na Habitação; cinco na Educação; e três na Previdência Social.

Em todos os municípios, os(as) Assistentes Sociais trabalham 30 horas semanais. Em relação à média dos salários dos profissionais de Serviço Social, há uma variação entre os municípios, oscilando, na média geral, de R\$ 1.452,00 a R\$ 2.646,00. Ainda, os salários mais elevados são dos(as) profissionais que estão na esfera federal, com média superior a R\$ 4.000,00. Vale ressaltar que, no âmbito municipal, a maior remuneração dos(as) Assistentes Sociais é no município de Iguatu, por possuir maior número de

profissionais concursados e ter instituído o Plano de Cargo, Carreira e Salários – PCCS.

Neste estudo, compreendemos que a ampliação do mercado de trabalho profissional para Assistentes Sociais se relaciona com as mudanças políticas, econômicas e ideológicas operadas pelo Estado brasileiro a partir das primeiras décadas deste século, com destaque no período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi na denominada fase neodesenvolvimentista, ou da ideologia do novo desenvolvimentismo², que se concebeu o papel atuante e ativo do Estado nas falhas do mercado e nas desigualdades sociais, mediante um conjunto de estratégias e ações elaboradas que visavam a junção do crescimento econômico com a justiça social. Isso impulsionou todas as ações e os programas sociais e educacionais nos municípios da região de Iguatu.

Numa região que apresenta tal quadro socioeconômico, atravessado por pobreza e desigualdade, a interiorização do mercado de trabalho profissional foi importante, uma vez que os programas e serviços sociais atendem, mesmo que parcialmente, demandas históricas da população. Esse processo, que teve papel atuante do Estado, representou um avanço no que se refere ao desenvolvimento dessa região. Do ponto de vista da ampliação das políticas sociais, a implantação de programas, equipamentos e serviços sociais foi importante para a região, uma vez que atendeu a demandas da população, ainda que, contraditoriamente, seja caracterizada pela forma precarizada de funcionamento dos serviços e pela focalização no atendimento.

Apesar da descentralização das políticas sociais serem previstas na Constituição Federal de 1988, apenas nas primeiras décadas deste século foi que houve ampliação da municipalização de políticas sociais e criação de equipamentos e serviços sociais, sobretudo no âmbito da Política de Assistência Social, com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Cabe destacarmos que, diante da expansão da Política de Assistência Social e do crescimento de trabalhadores/as no âmbito do SUAS, em 2016, foi concebido o Fórum Municipal de Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social (FMTSUAS/Iguatu-CE), constituindo-se como espaço político de organização dos(as) trabalhadores(as) da Política Municipal de Assistência Social.

Algumas questões sinalizadas nas falas dos entrevistados revelam que nas primeiras décadas deste século ocorreu uma ampliação do mercado de trabalho profissional na região, e que desde 2014 não vem sendo realizado concurso público na região para

2. Gonçalves (2012) conceitua o nacional-desenvolvimentismo como o projeto de desenvolvimento econômico pautado no trinômio industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo, apresentado como uma versão do nacionalismo econômico. Para o referido autor, na América Latina, o nacional-desenvolvimentismo é a ideologia do desenvolvimento econômico centrado na industrialização e na soberania das nações, especialmente no período de 1930-1980, e pautado na mudança da política econômica, preconizado por um redirecionamento da ação do Estado, mediante incentivo à industrialização, valorização do mercado interno e da indústria nacional. No cenário brasileiro, o nacional-desenvolvimentismo exerceu influência ideológica na agenda política do Estado e, conforme Bielschowsky (2000), é suscitado a partir da década de 1930 no governo de Getúlio Vargas, configurando uma ideologia de transformação da sociedade brasileira defendida pelo projeto econômico de industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro, mediante planejamento da expansão dos setores econômicos, com ênfase na intervenção e direção do Estado, captando e orientando recursos financeiros e, ainda, promovendo investimentos diretos em setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

Assistentes Sociais, sendo o último realizado na cidade de Iguatu. Foi revelado que, como algumas profissionais concursadas passaram em outros concursos de outros estados ou outras regiões do estado, as vagas que surgiram foram ocupadas por Assistentes Sociais contratadas e sem processo de seleção, sendo a indicação política a principal forma de ingresso, exceto em programas cuja legislação exige seleção, como é o caso do Bolsa Família. A indicação dos gestores e políticos locais expressa uma aproximação política dos sujeitos profissionais com as gestões municipais, que vêm tencionando a prática profissional tanto na interferência no desenvolvimento de trabalho como no posicionamento dos(as) Assistentes Sociais frente às exigências institucionais e ao que propunha o projeto profissional, ou seja, isso pode inflexionar ou restringir o trabalho profissional.

Outro aspecto é que nem sempre todas as vagas são preenchidas, implicando na acumulação de atividades e até funções por um único profissional em alguns equipamentos sociais. Essa condição de ingresso nas instituições tem levado ao rebaixamento dos salários e à precarização das relações de trabalho, como também tem contribuído para um aumento da relativa autonomia profissional, seja na execução das atividades ou no direcionamento das ações a serem realizadas pelos profissionais. Do ponto de vista das relações e condições de trabalho, esse mercado se alinhou com o que é tendência nos espaços ocupacionais, principalmente por meio de vínculos empregatícios fragilizados, com a ausência de direitos trabalhistas e a polivalência, ou seja, a concentração de atividades por um profissional.

Percebe-se que a atual conjuntura tem contribuído para o agravamento das condições de vida e de trabalho da população usuária das políticas sociais em que atuam os(as) Assistentes Sociais, ao mesmo tempo em que há os cortes nos investimentos das políticas sociais. Tal cenário tem contribuído para que as demandas postas aos profissionais sejam cada vez mais complexas, culminando na impossibilidade de respostas institucionais às questões apresentadas. Assim, o (a) profissional tem sido requisitado a desenvolver atribuições mais burocráticas, como forma de administrar os escassos recursos institucionais.

Ainda se presencia o aumento do processo de judicialização das demandas complexas às quais o Estado não foi capaz de dar respostas, de assegurar os direitos sociais previstos constitucionalmente. Para isso, alguns profissionais vêm orientando os usuários a acionar o Ministério Público como mecanismo para ter acesso ao serviço ou atendimento especializado, com destaque às demandas da política da saúde (atendimento fora do domicílio, órtese, prótese e medicamentos de alto custo).

A partir do estágio curricular obrigatório, já se percebe o reflexo dessa mudança de cenário do mercado de trabalho profissional para os(as) Assistentes Sociais e as repercussões no exercício profissional na região de Iguatu, a saber: crescente processo de precarização das condições de trabalho; aumento das demandas postas aos profissionais; diminuição da autonomia profissional; e demandas que não condizem com as atribuições

privativas do(a) Assistente Social. Esses elementos são evidenciados a partir da pesquisa, bem como através dos encontros realizados com os profissionais supervisores de campo do estágio curricular obrigatório, sendo notória a dificuldade para realização do acompanhamento na supervisão de campo. Diante desse cenário, o profissional se vê frustrado com as condições de trabalho apresentadas e não se sente confortável em socializá-las com os estudantes estagiários.

Os “achados” da pesquisa, para serem mais compreendidos, precisam ser analisados a partir das transformações ocorridas na sociedade capitalista e suas particularidades no Brasil. Isso é indispensável, pois o Serviço Social é uma profissão que deve ser entendida no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Isso permite apreender que a profissão se transforma ao se transformarem as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve, ou seja, as transformações societárias e as reconfigurações do Estado decorrentes do padrão de acumulação capitalista. Estas incidem nas políticas sociais e nas relações e condições de trabalho, conseqüentemente, com repercussões no Serviço Social, seja no processo de formação ou no exercício profissional.

De modo contundente, as transformações societárias atreladas à crise estrutural do capitalismo, experimentadas nas últimas décadas do século XX, expressam a estratégia de restabelecer a taxa de lucratividade do capital, que decresce no período de crise e estagnação econômica. Para tanto, exigem-se readaptações e reestruturações para recomposição e novas formas de acumulação. Nesse sentido, destacamos as profundas mudanças operadas no Estado, sob a influência neoliberal, e nas relações de trabalho, com a lógica da reestruturação produtiva, impactando nas formas de consumo e organização da força de trabalho na contemporaneidade.

Netto (1996) afirma que o “projeto restaurador” do tardo-capitalismo foi resumido na “flexibilização” (relações de trabalho, produção), na “desregulamentação” (relações comerciais e circuitos financeiros) e na “privatização” (sistema estatal). Esse tripé provocou uma verdadeira desregulamentação do Estado, pois transferiu bens e serviços estatais para o setor privado, assim como a “desregulamentação” liquidou os limites alfandegários trazendo conseqüências negativas aos Estados em desenvolvimento, bem como uma intensa especulação no que concerne às economias nacionais.

No cenário de novas formas de consumo do trabalho, favorece-se a submissão ou aceitação da situação de precarização, terceirização, subcontratação, trabalho em tempo parcial, enfim, precárias condições de vida e trabalho. Isso concorre para a intensificação da força de trabalho e para o rebaixamento salarial. Assim, a terceirização, a subcontratação e o trabalho precário se apresentam como opções viáveis ao capital e se tornam, ao mesmo tempo, destrutivas para o trabalho. Isso acaba refletindo, portanto, na redução e, em muitos casos, na eliminação de direitos sociais dos(as) trabalhadores(as) formais e terceirizados, causando rebaixamento salarial, insegurança e instabilidade no trabalho.

Esse contexto rebate decisivamente na profissão, em dois aspectos fundamentais: de um lado, o aumento do contingente da população usuária dos serviços e programas sociais, no momento de redução dos investimentos das políticas sociais, com tendência à focalização e à seletividade; e, do outro, nas relações e condições de trabalho dos(as) Assistentes Sociais, pois, assim como os demais trabalhadores assalariados, eles estão submetidos(as) às formas precarizadas de trabalho.

Desse modo, na atual lógica de acumulação capitalista em face do aumento do desemprego ou da precarização das relações de trabalho, essa realidade acentua as disparidades sociais, com retrocesso da intervenção do Estado no investimento de políticas sociais e na efetivação de direitos sociais. Presencia-se, portanto, a intensificação e complexificação das expressões da “questão social” na sociedade contemporânea, com inflexões da intervenção do Estado.

No trato das expressões da “questão social”, sabe-se que, inicialmente, foi tratada a partir de um aparato repressor e ganhou uma dimensão política a partir das lutas históricas dos(as) trabalhadores(as). De acordo com as análises de Netto (1996), na contemporaneidade há uma tendência à substituição do “Estado de bem-estar social pelo Estado penal”. Isso se expressa pela crescente militarização da vida social e pela perseguição às “classes perigosas”. Assim, além do aparato repressor e da segmentação das “classes perigosas”, lhe é conferido uma assistencialização baseada em programas emergenciais, em sua grande maioria focados na concessão de uma renda mínima. Notadamente, o trato conferido às expressões da “questão social” sob a lógica neoliberal revela as tendências das políticas sociais: de um lado, a precarização das políticas ofertadas pelo Estado, associadas à focalização e à seletividade; de outro, a privatização de políticas e serviços sociais.

As políticas sociais, além da dimensão econômico-política, são constituídas por conjuntos de procedimentos técnico-operativos, requerendo à necessidade de que atuem nos planos de formulação e implementação. Nessa perspectiva, entende-se que as dinâmicas das políticas sociais refletem no exercício profissional. Apesar dessa característica, Guerra (2007) afirma que as dinâmicas das políticas sociais refletem no exercício profissional através dos movimentos: não permite aos profissionais analisarem as políticas sociais como totalidade, síntese de articulação de determinações econômica, cultural, social, política, mas de modo fragmentado, refratário, microscópico; e implica na adoção de procedimentos instrumentais, de resolução pontual e imediata.

Entender as configurações da constituição das políticas sociais no cenário brasileiro é imprescindível, pois estas se inscrevem numa lógica meritocrática, com fortes traços personalistas e clientelistas, assumidos nos privilégios no acesso aos benefícios. Arelada a essas características, tem-se a herança do autoritarismo que marca as relações sociais no país. Ainda, o desenvolvimento das políticas sociais brasileiras vem se caracterizando pela subordinação das políticas econômicas, ao mesmo tempo, com pouca efetividade

das políticas sociais, que são frequentemente descontínuas e fragmentadas. Nos últimos decênios, as políticas sociais brasileiras têm imprimido o conservadorismo e revelado uma direção compensatória, focalista, seletiva, centrada em situações limites, direcionada à extrema pobreza, com enfoque nos programas de transferência de renda, cuja característica é minimizar as situações sociais já instaladas.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões levantadas neste estudo visam compreender o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, além de suas demandas e mercado de trabalho em contexto de crise e reestruturação do Estado e do capital. Além disso, Permite-nos apreender que as transformações societárias, em curso desde 1970, tem uma característica peculiar que se trata da sua incidência em todos os aspectos da sociabilidade humana, com rebatimentos severos no mundo do trabalho. Sendo o Assistente Social um assalariado, que se coloca na condição de disponibilização da sua força de trabalho à venda, nas condições de compra e venda estabelecida pelo capitalismo (GUERRA, 1997), está submetido à regulação do mundo do trabalho e suas imbricações.

Partindo do pressuposto que as transformações ocorridas no Estado capitalista, oriundas da reestruturação do capital, têm agudizado as condições de vida dos “que vivem da venda da sua força de trabalho, assim como dos assalariados compreendemos que o assistente social, embora se coloque na condição de trabalhador liberal, historicamente vende a sua força de trabalho para o Estado, as ONGs, as empresas etc. Assim, evidenciam-se as condições de trabalho e das relações que estão postas no contexto atual.

Porém, as transformações engendradas no país capitalista periférico e dependente afetam os Assistentes Sociais não apenas como assalariados, mas como conjunto da classe trabalhadora. Podemos afirmar que o Assistente Social é atingido duplamente, tanto como assalariado quanto na qualidade de profissional que tem as expressões da “questão social” como objeto de sua ação profissional (IAMAMOTO, 2004). Portanto, uma vez agudizadas as condições de sobrevivência dos que vivem do trabalho e modificada a estrutura de enfrentamento Estatal, a partir das políticas sociais, são colocadas “novas” condições objetivas e subjetivas, por que não, para a intervenção profissional e sucessivamente condicionalidades às respostas dadas pelos profissionais no exercício das suas atribuições.

Mediada pela lógica de mercado, a ação e as demandas postas para a profissão sofrem um reordenamento pelas alterações ocorridas no campo dos serviços sociais (GUERRA, 2007). Ocorre a incorporação da lógica do mercado, alterando não só as condições, mas também as relações que estão sujeitas a subcontratações, à produtividade, à terceirização, à consultoria e à contratação por hora, por licitação, por projeto etc. Esses

fatores incidem diretamente na qualidade das demandas (GUERRA, 2007) e das respostas dadas pelos profissionais. As demandas são encaminhadas por segmentos diversos (usuários, classe dominante, instituições, profissionais), com interesses conflitantes, e exigem do profissional uma mediação que ultrapassa as competências profissionais e novas atribuições e conhecimentos.

Conceber o campo de trabalho do Assistente Social, na contemporaneidade, é constatar algumas evidências, como: os profissionais atuam majoritariamente no espaço estatal, com destaque no campo da Seguridade Social, mormente a Assistência Social; há a tendência à atuação no âmbito municipal, com redução de postos de trabalho na esfera estatal federal e estadual; existe maior inserção na política setorial da Assistência Social, como desdobramento da expansão da Assistência Social, sobretudo durante os governos do PT.

As observações, leituras e entrevistas realizadas têm nos levado a compreender que as atuais condições e condicionantes que se colocam para o exercício da prática profissional – desemprego, subcontratação, precarização das condições e relações de trabalho, pauperização, baixos salários, entre outros – não afetam apenas a forma como o profissional operacionaliza a sua prática, mas o condiciona às exigências que lhe são postas, e a própria lógica do trabalho impossibilita uma compreensão do real. Além do mais, o próprio contexto ideopolítico é propício e fecundo à propagação de valores individualistas que põem em xeque os pressupostos ético-políticos que fundamentam a prática profissional do(a) Assistente Social.

No que se refere ao processo de formação profissional, pela própria lógica das reformas em curso, vivenciamos um amplo processo de precarização pela desqualificação do ensino, tanto em nível público quanto na esfera privada. Esse fator tem repercussões muito expressivas para a profissão, uma vez que tem uma forte tendência a transformar a formação em tecnificação. Essa leitura mínima da realidade, a nosso ver, conduz a um retorno das velhas práticas assistencialistas, voluntaristas, fatalistas e messiânicas.

O que nos chama a atenção é que do total do contingente de profissionais da região especificada, com 103 assistentes sociais, 23% têm formação na modalidade de educação à distância e 77% presencial. Notadamente, os com formação à distância estão inseridos nas políticas sociais do âmbito municipal; do total com formação à distância, aproximadamente 38% foram aprovados em concurso municipal.

Assim, a atual conjuntura exige que toda a categoria profissional esteja atenta e forte. Atenta no sentido fazer uma leitura cotidiana do real, para que, pautada no projeto profissional crítico que atribui e norteia a prática profissional, ocupe “novos” e “velhos” espaços profissionais, seja qual for a instância, compreendendo o papel frente aos interesses da classe trabalhadora, dos(as) usuários(as) dos serviços; e forte na qualidade de categoria profissional, de assalariados e de vendedores da nossa força de trabalho, ampliando o debate sobre profissão, direitos e demandas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILLI, Pablo; FROGOTTO, Gaudêncio (orgs). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez/ Buenos Aires (Argentina): CLACSO, 2001.
- BERIHG, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo. Cortez. 2006.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.
- GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 112. São Paulo: Cortez, 2012. p. 637 a 671.
- GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez. 2007.
- GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n 62. São Paulo: Cortez. 2000. p. 05 a 34.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, n. 3. 2ª ed. Brasília: UnB/ ABEPSS, 2004. p. 09-32.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afrocidadanização 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Assessoria 3, 37, 72, 73, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Assistência Estudantil 97, 98, 99, 100, 102, 105, 106

Assistência Social 10, 15, 17, 20, 24, 25, 30, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 84, 99, 141, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 156, 165, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 199

C

Capitalismo 2, 5, 9, 12, 13, 15, 17, 19, 22, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 38, 42, 46, 52, 54, 55, 56, 62, 64, 66, 90, 96, 108, 110, 114, 115, 118, 119, 120, 127, 131, 158, 161, 172, 189

Capoeira 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Cultura 18, 36, 58, 102, 119, 120, 124, 126, 127, 141, 157, 160, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

D

Descentralização 11, 17, 19, 25, 122, 149, 150, 151, 155, 156, 181

E

Educação 1, 3, 4, 6, 9, 21, 24, 30, 31, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 83, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 142, 154, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 176, 177, 179, 180, 184, 185, 186, 193

Educação Ambiental 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 83

Educação Permanente 61, 177, 179, 180, 184, 185, 186, 193

Escola 6, 75, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 99, 111, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 154, 170

Espaço 18, 22, 25, 30, 36, 38, 42, 43, 44, 49, 50, 63, 65, 67, 72, 75, 77, 78, 82, 84, 91, 105, 120, 121, 122, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 163, 166, 167, 171, 180, 189, 193, 195, 196, 197

Estado 1, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 39, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 85, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 110, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 132, 135, 140, 141, 142, 147, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 162, 165, 167, 170, 172, 174, 176, 178, 185, 191, 193, 196

Estágio 22, 23, 26, 27, 32, 50, 77, 78, 83, 84, 103, 113, 136, 177, 178, 179, 184, 185, 186, 187

Ético-Política 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 75, 85, 159, 178

F

Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 20, 22, 27, 30, 34, 44, 45, 49, 50, 51, 54, 58, 60, 62, 65, 66, 71, 72, 76, 82, 99, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 120, 121, 122, 140, 148, 159, 160, 164, 168, 176, 178, 179, 180, 183, 189, 194, 197

I

Interdisciplinaridade 63, 65, 66, 68, 69, 75, 76, 111

Investigativa 35, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 135, 153

M

Marxista 40, 41, 42, 47, 48, 49, 51, 63, 65, 129, 130, 158, 192, 193, 194, 196

Mercado 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 32, 37, 55, 58, 59, 60, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 131, 136, 161, 178, 192, 194, 196

Militarização 28, 117, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 127

Mundo do Trabalho 10, 13, 17, 20, 23, 29, 51, 59, 61, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 110, 112, 115, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 144, 148

P

Políticas 2, 3, 5, 9, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 37, 39, 45, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 93, 94, 98, 105, 108, 109, 112, 114, 115, 117, 123, 124, 129, 140, 141, 150, 153, 154, 155, 159, 161, 162, 163, 167, 170, 172, 180, 181, 184, 185, 189, 190, 191, 192, 196, 199

Política Social 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 31, 40, 54, 58, 62, 65, 73, 74, 95, 127, 142, 148, 158, 163, 172, 199

População 15, 25, 26, 28, 35, 53, 55, 57, 58, 61, 66, 80, 81, 83, 85, 94, 124, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 161, 162, 165, 166, 170, 172, 173, 174, 175, 193

Profissional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 129, 130, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199

Projeto 2, 6, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 46, 49, 62, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 102, 103, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 122, 129, 130, 131, 132, 135, 138, 146, 149, 150, 154, 156, 158, 160, 162, 163, 172, 173, 174, 176, 178, 179, 183, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198

Projeto Ético Político 6, 41, 46, 65, 163, 176, 183

Q

Questão Social 5, 9, 17, 20, 22, 28, 29, 31, 38, 41, 45, 46, 50, 52, 53, 54, 56, 60, 61, 62, 64, 67, 68, 74, 88, 93, 94, 95, 98, 108, 112, 115, 118, 119, 125, 135, 137, 140, 157, 158, 163, 172, 175, 191, 192, 193, 194, 196, 197

R

Rua 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148

S

Segurança 14, 56, 103, 123, 124, 125, 139, 140, 141, 147, 152, 169, 174, 182

Serviço Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 126, 127, 129, 130, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Sistematização 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 79, 82, 97, 98, 156, 181, 185

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Socioambiental 63, 65, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 82, 83, 86

T

Técnico-Operativa 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 65, 69, 71, 75, 159, 163, 178

Teoria 34, 35, 37, 40, 42, 43, 49, 51, 65, 66, 76, 90, 113, 115, 129, 130, 148, 159, 178, 179, 184, 186, 192, 194, 196, 198

Teórico-Metodológica 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 75, 159, 178

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 123,

124, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 172, 174, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197

V

Violência 56, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 140, 144, 145, 147, 153, 199

Processos de Subjetivação no Serviço Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020